

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026	
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: DATA: 07/07/2026 HORÁRIO: 10H00 HORÁRIO DE BRASÍLIA) LOCAL: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA UASG: 323028	
OBJETO:	Contratação de serviços contínuos de disponibilização de acesso (assinatura digital) a periódicos eletrônicos, abrangendo jornais e revistas de circulação nacional e internacional, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
VALOR ESTIMADO:	R\$ 69.606,62 (sessenta e nove mil, seiscentos e seis reais e sessenta e dois centavos)
INSTRUMENTO CONTRATUAL:	Contrato
FORMA DE ADJUDICAÇÃO:	Por item
REGISTRO DE PREÇOS: () SIM (X) NÃO	VISTORIA: () SIM (X) NÃO
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP: (X) SIM () NÃO	RESERVA COTA ME/EPP: () SIM (X) NÃO
AMOSTRA OU DEMONSTRAÇÃO: () SIM (X) NÃO	DECRETO Nº 7.174/2010: () SIM (X) NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO : <ul style="list-style-type: none">• Após a divulgação do Edital, até o horário limite para a abertura da sessão pública : cadastrar a proposta de preços no Sistema Compras Governamentais.• Após a abertura do Pregão: enviar a proposta e respectivos documentos solicitados até 4 (quatro) horas úteis após a convocação pelo pregoeiro.	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: podem ser enviados até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço comprasaneel@aneel.gov.br .	IMPUGNAÇÕES: podem ser enviados em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente até às 23h59 do último dia desse prazo (horário oficial de Brasília - DF), para o endereço comprasaneel@aneel.gov.br .
CONSULTA AO ANDAMENTO DO CERTAME em https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras em 'Situação' selecionar 'Em andamento', Em 'Unidade compradora' preencher com o número 323028 (UASG da ANEEL) e em 'Número da Compra' com o número e ano do pregão	
CONSULTA AO PROCESSO: em https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processoeletronico/consulta-processual .	
OPERAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: em dias úteis, entre 08h00 e 18h00, horário de Brasília - DF.	
ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS: em caso de discordância entre as especificações do item CATSER e as especificações do Edital, prevalecerão as últimas.	

ALERTAMOS QUE DEIXAR DE ENTREGAR OU DESISTIR DA PROPOSTA, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA LICITAÇÃO, OU NÃO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, PROVOCARÁ A ABERTURA DE PROCESSO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA VISANDO A APLICAÇÃO DE SANÇÕES AO LICITANTE, INCLUSIVE O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO E A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR POR ATÉ 6 ANOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021 E DESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Processo Administrativo nº 48500.036025/2025-01

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios nomeado pela Portaria nº 112, de 24 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2023, de acordo com delegação de competência que lhe foi atribuída no art. 1º da Portaria nº 6.822, de 24 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, em 02 de maio de 2023, e de acordo com a autorização constante do Processo nº 48500.036025/2025-01, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Data da Sessão Pública: 07/07/2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de disponibilização de acesso (assinatura digital) a periódicos eletrônicos, abrangendo jornais e revistas de circulação nacional e internacional, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO (24 MESES)
1	Fornecimento de publicações periódicas jornais e revistas por meio de acesso eletrônico.*	23108	Unidade	1	R\$ 69.606,62

*A lista completa dos periódicos está no parágrafo 1.1.1. do TR 21/2026 (SEI 0378258)

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para o item 1 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).
- 5.1.2. Será permitido que o licitante cadastre o valor unitário de cada item e envie lances durante a fase de disputa do certame considerando até 4 casas decimais; porém, caso convocado para envio da proposta de preços escrita, o licitante deverá apresentar o valor total do item truncado em duas casas decimais.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo de real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta,

ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à

classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam

contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de

entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 (quatro) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Para formalização do instrumento contratual, o adjudicatário deverá:

9.2.1.1 Realizar a inscrição da empresa, como "Pessoa Contratada", no Cadastro Institucional da ANEEL, conforme prevê a Resolução Normativa ANEEL nº 1.004 de 08/02/2022, no link <https://cda2.aneel.gov.br/public/home>;

9.2.1.2 Realizar a inscrição do responsável pela assinatura do contrato com a ANEEL, como Usuário Externo SEI, no link https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/usuario-externo-sei;

9.2.1.3 Indicar Preposto para representá-lo durante a execução contratual, conforme modelo de documento incluso no sítio da ANEEL;

9.2.1.4 Apresentar a garantia da contratação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.1.5 Caso houver, cumprir outras obrigações para a formalização do contrato, relativas aos empregados que ocuparão os postos de serviço, previstas no Anexo III do Termo de Referência;

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/pesquisa-publica ou diretamente no [Sistema Eletrônico de Informações](https://sei.aneel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0) – SEI, em https://sei.aneel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de até 15 dias úteis da ciência de Decisão SGA/ANEEL que impõe pena pecuniária, na hipótese de não acontecer interposição de recurso administrativo; ou em até 30 (trinta) dias, na hipótese de cobrança administrativa implementada pela COACI/ANEEL.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: exclusivamente para o endereço eletrônico comprasaneel@aneel.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos endereços eletrônicos <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/pesquisa-publica e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços

13.11.2. ANEXO II – Minuta do Contrato

13.11.3. ANEXO III - Termo de Referência (protocolo SEI nº 0378258)

13.11.3.1. Apêndice do Anexo III – Estudo Técnico Preliminar (protocolo SEI nº 0308412)

Brasília, 18 de junho de 2026

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 9cf0f21774272241620



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Viera Martins, Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios**, em 18/06/2026, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.aneel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0379904** e o código CRC **43CB2F07**.

ANEXO I DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL

Gerência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - GLCC/SGA

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, com os quais concordamos plenamente, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, válida por 90 (noventa) dias, contados da data prevista para a entrega da mesma. O preço ofertado abaixo é firme e irrevogável durante o prazo de validade, e inclui todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O valor total estimado de nossa proposta para a **prestação de serviços contínuos de disponibilização de acesso (assinatura digital) a periódicos eletrônicos, abrangendo jornais e revistas de circulação nacional e internacional, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por até 10 (dez) anos**, conforme especificações do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 e seus anexos, é de R\$ _____ (por extenso), definido conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (24 MESES)
1	Fornecimento de publicações periódicas jornais e revistas por meio de acesso eletrônico.*	23108	Unidade	1	R\$

*A lista completa dos periódicos está no parágrafo 1.1.1. do TR 21/2026 (SEI 0378258)

(Local), de de .

(Representante Legal)

(Nome da Empresa)

(CNPJ)

(Endereço)

(e-mail - endereço eletrônico - telefone)

ANEXO II DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 – MINUTA DO CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Processo Administrativo nº 48500.036025/2025-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____, QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA
ELÉTRICA - ANEEL, E _____.

A(O) AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, por intermédio do(a) AGENCIA NACIONAL DE
ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com sede no(a) Quadra SGAN 603 Módulos I/J, 603, MODULO J bairro Asa Norte, na cidade
de Brasília/DF, CEP 70830-110, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.270.669/0001-29, neste ato representado(a) por Anderson Vieira
Martins, cargo Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, nomeado(a) pela Portaria nº 112, de 24/04/2023,
publicada no DOU em março/2023, portador da Matrícula Funcional nº 1884122, doravante denominado CONTRATANTE, e
o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____,

_____,
_____,
_____,
_____,
_____, na cidade de _____, bairro de _____,
CEP _____,

_____, doravante designado CONTRATADO, neste ato
representado(a) por _____, conforme
_____, tendo em vista o que consta no Processo nº
48500.036025/2025-01 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável,
resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026**, mediante as cláusulas e
condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço(s) contínuo(s) de Contratação de serviços contínuos de
disponibilização de acesso assinatura digital a periódicos eletrônicos, abrangendo jornais e revistas de circulação nacional e
internacional, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, nos termos da tabela abaixo,
conforme edital e seus anexos, a serem executados **sem** regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições
estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Un. Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de publicações periódicas jornais e revistas por meio de acesso eletrônico. *	23108	Unidade	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

*A lista completa dos periódicos está no parágrafo 1.1.1. do TR 21/2026 (SEI 0378258)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com a informação de que o objeto tenha sido prestado regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do objeto;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a

prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- 9.24. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.28. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.29. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, devendo ambas as partes adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para garantir a segurança, confidencialidade e integridade dos dados pessoais tratados, nos termos do art. 46 da LGPD.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
- 10.13. O CONTRATADO deverá implementar meios práticos que possibilitem aos titulares exercer seus direitos previstos no art. 18 da LGPD, mediante comunicação ao CONTRATANTE, especialmente quanto a solicitações de acesso, retificação, anonimização, portabilidade, eliminação ou informação sobre o uso de seus dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.2. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 323028/32210;

II) Fonte de recursos: 1052 - Recursos Livres da UO - ANEEL;

III) Programa de trabalho: Energia Elétrica;

IV) Elemento de despesa: 33.90.39;

V) Plano interno: 0000006815 – 1.1 – Analisar repercussão e publicações de mídia;

VI) Nota de empenho: 2026NE000001;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da

Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária de DF, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
Anderson Vieira Martins
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

.....
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato para Licitações - SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025

Código de Identificação Ger@AGU: 1560871774360209100

Código Ger@ do Edital : 9cf0f21774272241620

ANEXO III DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 – TERMO DE REFERÊNCIA

O Anexo III deste Edital corresponde ao Termo de Referência - TR nº 21/2026 (protocolo SEI nº 0378258), que apresenta as características do objeto a ser contratado e os requisitos para a execução e a contratação, e está reproduzido integralmente nas páginas a seguir.

Ressalte-se que também integra o referido processo de contratação o Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 12/2026 (protocolo SEI nº 0308412), como Apêndice deste Anexo III, que subsidiou o planejamento inicial da contratação.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), vinculados à UASG 323028, e nos endereços eletrônicos <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, e <https://antigo.aneel.gov.br/licitacoes-e-contratos>.

Para a consulta processual, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/aneel/pt-br/canais_atendimento/processo-eletronico/pesquisa-publica.

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Termo de Referência 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	323028-AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF	ARNALDO JOSE FERNANDES JUNIOR	10/06/2026 11:27 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	47/2026	48500.036025/2025-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 48500.036025/2025-01)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de disponibilização de acesso (assinatura digital) a periódicos eletrônicos, abrangendo jornais e revistas de circulação nacional e internacional, pelo período de 24 meses, prorrogáveis por até 10 anos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (24 MESES)
1	Fornecimento de publicações periódicas jornais e revistas por meio de acesso eletrônico.	23108	Unidade	1	R\$ 69.606,62

1.1.1. Os periódicos a serem adquiridos estão detalhados na tabela abaixo:

ITEM	PERIÓDICOS	PREÇO DE REFERÊNCIA POR ASSINATURA (24 MESES)	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO (24 MESES)
1	Jornal Estado de São Paulo	R\$ 514,42	6	R\$ 3.086,52
	Jornal Folha de São Paulo	R\$ 619,54	6	R\$ 3.717,24
	Jornal O Globo	R\$ 570,78	6	R\$ 3.424,68
	Jornal Valor Econômico	R\$ 819,84	6	R\$ 4.919,04
	Jornal Correio Braziliense	R\$ 597,50	1	R\$ 597,50
	Revista Veja	R\$ 396,76	6	R\$ 2.380,56
	Revista Exame	R\$ 506,22	6	R\$ 3.037,32
	Revista Carta Capital	R\$ 697,48	6	R\$ 4.184,88
	Revista The Economist	R\$ 3.005,50	6	R\$ 18.033,00
	Revista Época Negócios	R\$ 540,98	6	R\$ 3.245,88
	Revista Superinteressante	R\$ 576,00	1	R\$ 576,00
	Revista Brasil Energia	R\$ 3.734,00	6	R\$ 22.404,00
VALOR TOTAL (24 MESES)				R\$ 69.606,62

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de serviço continuado, essencial, que visa atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da ANEEL, de modo que sua interrupção poderá comprometer a boa prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 Conforme o Inciso I do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, o CHEFE DA ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL, como autoridade competente na ANEEL, por meio da concordância com este Termo de Referência, atesta a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os serviços a contratar poderão ser objeto de execução indireta nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 9.507/2018 e Portaria nº 443/2018.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 19;
- IV) Classe/Grupo: 612;
- V) Identificador da Futura Contratação: 323028-47/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **Em até 10 dias** da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **O serviço requer a assinatura eletrônica para acesso aos periódicos, via login e senha (para cada periódico e para cada assinatura de periódico), para visualização das revistas e jornais, por meio da qual são disponibilizados noticiário e análises exclusivas sobre atividades no setor elétrico, economia e gestão de pessoas, dentre outros assuntos. O acesso deverá ser disponibilizado ininterruptamente, 7 dias da semana, 24 horas, deixando acessível todas as informações em tempo real.**

5.1.3. A empresa deverá disponibilizar login e senha de acesso para cada periódico; não deverá disponibilizar um login e senha geral para todos os acessos de um periódico. Deverá fornecer relatório ou ferramenta de controle que permita a verificação de acessos (quantidade, data) por usuário, de modo que, ao final do contrato a Contratante possa validar o quantitativo demandado. O relatório deverá ser disponibilizado mensalmente ou a qualquer momento, se necessário, a pedido do gestor.

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços: **O acesso aos jornais e revistas deverão estar disponíveis, no máximo, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.;**

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Acesso on-line ao conteúdo dos periódicos;**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Acesso ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.09. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Indisponibilidade de sites;

7.4.2. Não atendimento das orientações da Contratante, inerentes à execução do objeto contratual, nas condições pactuadas;

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, o recebimento provisório se **dará quando da verificação e ocorrência do acesso permanente dos usuários aos conteúdos jornalísticos dos periódicos objeto da contratação.**

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento **o período mensal de prestação de serviço.**

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no **prazo de 2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. menor preço pelo valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2 As propostas deverão observar, obrigatoriamente, os preços máximos fixados na Tabela da cláusula 1.1.1. para cada periódico.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o fornecedor detém ou pode garantir o acesso aos periódicos que compõem o objeto da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.26.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços de fornecimento de periódicos, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.28. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.34.6.1. ata de fundação;

9.34.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.34.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.34.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.34.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.34.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.34.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 69.606,62 (sessenta e nove mil, seiscentos e seis reais e sessenta e dois centavos), **conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.1. acima.**

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. A metodologia utilizada para a definição do orçamento estimado está explicada no Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do valor da contratação (SEI 0375752) .

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 323028/32210;
- II) Fonte de recursos: 1052 - Recursos Livres da UO - ANEEL;
- III) Programa de trabalho: Energia Elétrica;
- IV) Elemento de despesa: 33.90.39; e
- V) Plano interno: 0000006815 – 1.1 – Analisar repercussão e publicações de mídia.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

~~ANEXO I~~

~~REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO (CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR - ART. 95, INCISO I, DA LEI N. 14.133/2021, ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 17 DE MAIO DE 2024)~~

1.O Anexo I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133 /2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024) **não é aplicável** ao presente Termo de Referência.

2.A exclusão do anexo não foi feita em função da impossibilidade de sua eliminação no sistema Compras Governamentais.

14. ANEXO II

~~ANEXO II~~

~~TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA~~

1.O Anexo II Termo de Ciência e Concordância **não é aplicável** ao presente Termo de Referência.

2.A exclusão do anexo não foi feita em função da impossibilidade de sua eliminação no sistema Compras Governamentais.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

JOAO LUIS DOS PASSOS gov.br

Autoridade competente

Documento assinado digitalmente
JOAO LUIS DOS PASSOS
Data: 10/06/2026 14:47:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Despacho: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

Documento assinado digitalmente
gov.br **EMANUEL CAMARA DE ARAUJO**
Data: 10/06/2026 12:11:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EMANUEL CAMARA DE ARAUJO

Integrante Técnico

Despacho: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

ARNALDO JOSE FERNANDES JUNIOR

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 11:27:22.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos do TR - Serv JornRev Eletr_v3 posPFELIC Arnaldo.pdf (299.86 KB)

Anexo III do Termo de Referência — Instrumento de Medição de Resultado – IMR

Durante a execução do objeto o agente da Administração responsável (gestor ou fiscal técnico, quando designado), deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Para efeito de recebimento, o agente da Administração realizará a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

Serão considerados para a presente contratação o(s) seguinte(s) indicador(es):

ASSESSORIA INSTITUCIONAL – ASI/ANEEL RELATÓRIO MENSAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS						
Contrato nº xx/20xx – Serviços de de acesso (assinatura digital) a periódicos eletrônicos Vigência: xx/xx/20xx – xx/xx/20xx Período de avaliação: xx/xx/20xx a xx/xx/20xx						
Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados						
Critério	Ocorrência	Gravidade da Ocorrência	Pontuação por Ocorrência	Data	Quantidade de Ocorrências	Pontos Perdidos
Indisponibilidade de sites	Não comunicar em até duas horas a indisponibilidade de periódico eletrônico ao gestor do contrato, por ocorrência.	Média	2			
Não atendimento das orientações da Contratante, inerentes à execução do objeto contratual, nas condições pactuadas	Não cadastramento de usuário em até quatro dias úteis para acesso a periódico eletrônico.	Leve	1			
	Atraso, superior a 5 dias, na entrega de relatório mensal de utilização na periodicidade contratada.	Grave	3			
	Não corrigir irregularidade no acesso de usuário a periódico eletrônico em até um dia útil.	Média	2			
TOTAL DE PONTOS PERDIDOS						
INDICADOR DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS =						

10 – (TOTAL DE PONTOS PERDIDOS/TOTAL DE POSTOS NO PERÍODO)		
RESULTADO		GLOSA
Indicador maior que 9,5		() Sem GLOSA
Indicador maior ou igual a 9,0 e menor ou igual a 9,5		() Notificação à Contratada
Indicador maior ou igual a 8,0 e menor que 9,0		() GLOSA de 5%
Indicador maior ou igual a 7,0 e menor que 8,0		() GLOSA de 10%
Indicador maior ou igual a 6,0 e menor que 7,0		() GLOSA de 15% e abertura de processo de apuração de responsabilidade administrativa
Indicador menor que 6,0		() GLOSA de 20% e abertura de processo de apuração de responsabilidade administrativa
VALOR PREVISTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS: R\$XXX,XX.	GLOSA AO VALOR PREVISTO: R\$ XXX,XX.	VALOR EXATO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (VALOR PREVISTO – GLOSA): R\$ XXX,XX.
<p>Data:</p> <p style="text-align: right;">Gestor ou fiscal técnico do Contrato Cargo Siape nº</p>		

A contratada terá prazo de 60 (sessenta) dias, após a assinatura do contrato, para adequar os níveis de qualidade dos serviços. Nesse período, a contratante realizará a avaliação da qualidade dos serviços, entretanto, não serão aplicadas as possíveis adequações nos pagamentos constantes no quadro acima.

Ao fim da avaliação a contratante deverá dar ciência à contratada sobre a avaliação realizada.

Após ser notificada sobre os resultados da avaliação, a contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

O IMR seguirá as condições definidas neste Termo de Referência e fará parte do Termo de Contrato como obrigação entre as partes.

A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021.

A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada. A contratada não deverá materializar a elaboração do IMR; cabe à equipe da Contratante a elaboração e a aplicação do IMR para apuração do valor efetivo a ser pago pelo serviço.

Anexo IV do Termo de Referência – Procedimentos de responsabilidade administrativa¹

1. Nos termos do Título IV da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante/adjudicatário que cometer infrações administrativas até o momento da formalização do instrumento contratual, sem prejuízo e independentemente de sua desclassificação, bem como o contratado, fica sujeito à abertura de processo administrativo para a apuração de responsabilidade administrativa, nos limites e na conformidade à uniformização de modelos da AGU e no conjunto de diplomas normativos e obrigacionais e atos que sistematicamente regem a licitação e a contratação. As infrações abaixo discriminadas permitem a cominação de diversas penas e a imposição de penalidades maiores que o doravante consignado, condicionadas à adequada fundamentação para o fim de compatibilizar a devida reprimenda às condutas em sua efetiva gravidade, inclusive a majoração percentual e de valor da pena assinalada.
 - 1.1. Dentre outros comportamentos e demais consequências, como penais e cíveis, administrativamente, os licitantes também se sujeitam às cominadas penas para as correlatas infrações, que têm sede legal nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das aqui versadas.
 - 1.2. A apuração de responsabilidade por infrações administrativas de licitantes no transcurso licitatório tem por base a capitulação das seguintes ilicitudes em decorrência dos identificados, sancionados até os limites indicados:
2. **Não manutenção da proposta ou lance:**
 - 2.1. Desistência ou pedido de desclassificação:
 - 2.1.1. Da proposta:

Pena: multa de 1,5%, no valor mínimo de R\$ 1.500,00
 - 2.1.2. Do lance final:

Pena: multa de 2% do valor do lance, no valor mínimo de R\$ 2.000,00
 - 2.1.3. O pedido de desclassificação não importará infração administrativa nas cumulativas situações devidamente reconhecidas pelo Pregoeiro, as quais se valem para demais tipificações e apreciações, também válidas para demais caracterizações para identificação de eventual infração administrativa, abertura de processo de apuração de responsabilidade e penalização, desta e demais infrações:
 - 2.1.3.1. Fato superveniente;
 - 2.1.3.2. Boa-fé, a qual se presume na solicitação do licitante antes de sua convocação.
 - 2.1.3.3. Erro escusável. Consideram-se válidas as escusas, dentre outras:

¹ As disposições incluídas neste anexo aplicam-se, subsidiariamente, às cláusulas do Termo de Referência, do Edital do Pregão/Instrumento Convocatório e do Contrato, que forem pertinentes à responsabilidade administrativa do licitante ou do contratado que cometer infrações nos termos da Lei 14.133/2021.

2.1.3.3.1. Erro na proposta sem oferta de lance na fase competitiva, considerando-se as especificações do produto ou serviço em cotejo com a demanda fixada no Edital.

2.1.3.3.2. Erro no lance ofertado: pronta informação de erro pelo licitante, cotejada com demais elementos e informações aferidos pelo Agente de Contratação.

2.1.3.3.3. Expertise que se exige em cotejo com o objeto social, capital social, experiência, porte da empresa e produto ofertado, sem prejuízo do profissionalismo esperado no negócio, valor, essencialidade, ordinariade, custo do objeto, produto ou prestação de serviço.

3. Não atender a diligência do Pregoeiro, em conformidade às condições prescritas, na forma, tempo e modo de regência, para as finalidades de ajustar, apresentar, adequar:

- 3.1. Proposta de preços.
Pena: multa de 2,5% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.500,00.
- 3.2. Documentos de habilitação.
Pena: multa de 2,5% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.500,00.
- 3.3. Amostras.
Pena: multa de 3% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 3.000,00
- 3.4. Demais desatendimentos à convocação do Pregoeiro.
Pena: multa de 2% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.000,00.

4. Não apresentação de proposta válida:

- 4.1. Não adequação da proposta de preço, com o ajuste e especificação de seus componentes em decorrência do lance em cotejo com a original proposta apresentada.
Pena: multa de 4% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 4.000,00.
- 4.2. Resposta à convocação do Pregoeiro ou resposta à diligência do Pregoeiro, a exemplo de proposta de preços, documentos de habilitação e amostras solicitadas em manifesta desconformidade às condições clara e objetivamente definidas no Edital;
Pena: multa de 7% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 7.000,00.
 - 4.2.1. Enquadra-se nas condutas ilícitas descritas, quem em eventual comunicação de recebimento da demanda, não entrega efetivamente as informações, documentos e remessas solicitadas.
- 4.3. Apresentar lance ou proposta manifestamente inexecutável, considerando-se como tal, quaisquer das situações:
 - 4.3.1. Não suporte os custos mínimos normativamente obrigatórios;
 - 4.3.2. Não comprove contemplar os custos materialmente necessários ou economicamente sustentáveis à viabilidade do objeto licitado;
 - 4.3.3. Não comprove deter patrimônio líquido, disponível e livre de quaisquer obrigações ou indícios de que se vincule a diversa responsabilidade denotando suporte

econômico-patrimonial para arcar com os custos referidos nos itens precedentes quando sejam maiores que o lucro estimado em decorrência do lance apresentado.

Pena: multa de 10% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 10.000,00.

- 4.4. Apresentar objeto inadequado aos termos do Edital, considerando-se como tal, dentre outras situações:

4.4.1. Especificação que impeça o funcionamento do produto ou a viabilização da prestação do serviço conforme demandado pela Administração;

4.4.2. Majoritário ou essencial desatendimento das especificações do produto ou serviço;

4.4.3. Frontal desconformidade das especificações que definiram a razão de ser do certame.

Pena: multa de 3% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 3.000,00.

- 4.5. A caracterização das infrações de oferta de lance ou proposta manifestamente inexequível e oferta de objeto inadequado ao Edital requer indícios de materialidade a serem constatados pelo Pregoeiro, após outorgar a oportunidade de manifestação do licitante em atendimento à sua convocação em diligência.

5. Não formalização contratual, enquadrando-se na infração, dentre outros comportamentos, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a não entrega de documentação necessária inviabilizando a assinatura do contrato ou não assinar contrato, estando, em qualquer situação, no prazo de validade da proposta:

Penas:

Multa de 10% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 10.000,00; e

Impedimento de licitar e de contratar com a União por 18 meses.

6. Comportamento inidôneo, considerando-se, dentre outros:

- 6.1. Participar do certame em situação restritiva que o impeça, a exemplo de licitante impedida, suspensão do direito de licitar ou contratar, descredenciado no SICAF

Penas:

Multa de 7% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 7.000,00;

e

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 24 meses.

- 6.2. Licitante não habilitada ou não qualificada

Penas:

Multa de 10% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 10.000,00;

e

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 12 meses.

- 6.3. Falsidade documental ou ideológica

Penas:

Multa de 20% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 20.000,00;
e
Impedimento do direito de licitar e contratar com a União por 30 meses.

6.3.1. Considera-se, dentre outras, documentação falsa, a apresentação de:

- 6.3.1.1. Documento com conteúdo falso;
- 6.3.1.2. Documentação com emenda ou rasura que prejudique a veracidade de informações;
- 6.3.1.3. Declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP e para efeito do Decreto nº 7.174/2010 e normativas que se sucederem;
- 6.3.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 6.3.1.5. Comportar-se de modo inidôneo.

7. Frustrar o caráter competitivo do certame; agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances; induzir a erro no julgamento; modificar a proposta apresentada, a exemplo de incluir, retirar ou alterar propostas e especificações do objeto apresentado, da qualificação e habilitação do licitante; agir com fraude, inclusive fiscal; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Penas:

Multa de 25% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 25.000,00; e

Impedimento do direito de licitar e contratar com a União por 36 meses.

8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena mínima de multa entre 5% e 20% do valor do contrato.

9. Dar causa à inexecução parcial do contrato.
Pena mínima de multa entre 10% e 25% do valor do contrato.

10. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Pena mínima de multa entre 15% e 30% do valor do contrato.

11. Dar causa à inexecução total do contrato;
Pena mínima de multa entre 20% e 30% do valor do contrato.

12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, apreciará as justificativas arguidas, considerará o princípio da proporcionalidade, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, embora não se confundam a responsabilidade civil com a administrativa e parâmetros estipulados na infração de desistência.

- 12.1. A dosimetria das penas, segundo a modalidade de pena cominada considerará, salvo se elemento constitutivo da infração, na seguinte ordem:

12.1.1. Causa de aumento em 10%:

12.1.1.1. Histórico de punições: outras condenações por infrações administrativas, inclusive em diversas entidades e órgãos, em penas iguais ou diversas em razão de mesmas ou diversas condutas e infrações conforme registrado no SICAF nos 36 meses precedentes.

12.1.2. Causas de diminuição da pena, cada qual em 10%, dentre outras provadas pelo apenado:

- 12.1.2.1. Imediata comunicação do fato;
- 12.1.2.2. Confissão;
- 12.1.2.3. Diminuição do dano;
- 12.1.2.4. Reparação do prejuízo.

12.2. Reincidência específica. O mesmo comportamento cometido perante a ANEEL nos precedentes 36 meses devidamente apurado e sancionado, independentemente da pena cominada importará:

- 12.2.1. Aumento da cominada penalidade em 50% (cinquenta por cento), até o limite temporal de 60 (sessenta) meses; e
- 12.2.2. Caso não haja sanção restritiva do direito de licitar, também importará a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 24 meses.

12.3. Concurso de infrações.

12.3.1. Concurso formal. Múltiplas infrações resultantes de uma mesma conduta, quer omissiva, quer comissiva. Cominando-se penas da mesma espécie, as mesmas são somadas e após se reduz da pena unificada percentual de 30% para cada infração.

12.3.2. Concurso material. Múltiplas infrações decorrentes de inúmeras condutas são punidas com a soma das penas de mesma espécie.

12.4. As penalidades terão necessária publicidade e registro, sobretudo no SICAF; são independentes, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:

- 12.4.1. Provocar a iniciativa do Ministério Público;
- 12.4.2. Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei nº 8.443/92;
- 12.4.3. Instaurar processos administrativos, em face da Lei nº 12.846/13.

12.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, julgará as justificativas arguidas, levando em consideração o princípio da proporcionalidade, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, embora não se confundam a responsabilidade civil com a administrativa, observado o princípio da proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14. Sem prejuízo do andamento do processo de apuração da infração, o instrumento contratual – consideradas a urgência da necessidade pública e a gravidade da conduta apurada – poderá ter sua vigência iniciada; finda a apuração e confirmada a hipótese de condenação administrativa, o ajuste, se vigente, estará sujeito à rescisão unilateral/cancelamento.

14.1. Os valores das multas consistem em créditos a serem recolhidos no prazo e forma legal, resguardados atos de cobrança e execução, administrativa e judicial, na forma sequencial e prioritária de compensação, retenção e dedução dos pagamentos devidos

pela Administração; pagamento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU; desconto do valor da garantia prestada.

14.1.1. É possível, ad cautelam, a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.

14.2. As comunicações e documentos afetos aos processos de apuração de responsabilidade administrativa podem ser remetidos via eletrônica ao e-mail da parte apurada constante de cadastros oficiais, tanto da pessoa jurídica apurada, quanto dos seus sócios, dirigentes e administradores, notadamente o SICAF, assegurado e certificado o envio e o recebimento da notificação eletrônica, como definida na Resolução ANEEL nº 804/2018 e normativas que se seguirem.

14.3. Nos Pregões eletrônicos, considerando o dever de o licitante acompanhar o certame até o encerramento final de sua sessão, é válido e deve ocorrer de forma preferencial o ato do Pregoeiro que identifica as condutas de licitantes como possíveis infrações administrativas.

14.3.1. O ato de identificação será apostado na plataforma onde transcorre a licitação, valendo-se como regular comunicação do apurado, preferencialmente após a aceitação da(s) proposta(s) vencedora(s)

14.3.2. Após a mencionada identificação, inicia-se, no primeiro dia útil subsequente, o prazo de cinco dias úteis para que o interessado, desejando, apresente manifestação preliminar.

14.3.2.1. O protocolo da peça e demais afetas ao processo de apuração de responsabilidade administrativa deve ser em via original na ANEEL em meio físico ou, havendo assinatura digital (token), pelo Protocolo Digital (instruções em <http://www.aneel.gov.br/protocolo-digital>).

14.3.2.1.1. É possível apresentação condicional de cópia.

14.3.2.1.1.1. A remessa de cópia pode ocorrer no prazo legal, por fax (61.2192-8882), protocolo digital sem assinatura digital ou remetida ao e-mail, correio eletrônico apuraresp@aneel.gov.br.

14.3.2.1.1.2. Todas as hipóteses de apresentação de cópia exigem, necessariamente, o protocolo das vias originais em até 5 dias do fim do prazo.

14.3.2.1.1.2.1. O prazo inicial para apresentação da via original se origina no dia imediatamente subsequente, útil ou não, ao fim do prazo para validamente ocorrer o ato de apresentação.

14.3.3. Após o transcurso do aludido prazo, com ou sem a resposta do licitante apurado, a autoridade superior deliberará a abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório.

14.3.3.1. Havendo manifestação prévia, os seus fundamentos serão levados em conta para identificar manifesta falta de pressuposto processual.

14.3.3.2. Na eventualidade de o licitante ter apostado no sistema onde transcorre o Pregão Eletrônico a intenção de recurso face a sua exclusão ou para atacar a recusa da proposta que ofertou, as apresentadas razões de recurso serão consideradas para a abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório.

14.3.3.2.1. Destaca-se que não se confundem os expedientes:

14.3.3.2.1.1. Relacionados com a recusa da proposta e a desclassificação do licitante, a exemplo da intenção de recurso registrada no sistema do Pregão Eletrônico e a apresentação das razões recursais; o juízo de reconsideração pelo Pregoeiro e a análise do recurso pela autoridade;

14.3.3.2.1.2. Relacionados com eventual infração administrativa do licitante no transcurso do Pregão Eletrônico, a exemplo do ato do Pregoeiro que a identifica; defesa prévia pelo licitante; abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar eventual conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório pela autoridade.

14.3.4. A abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório não ocorrerá nas hipóteses devidamente justificadas de:

14.3.4.1. Flagrante regularidade da conduta identificada;

14.3.4.2. Patente causa que exclua a responsabilidade em tese apurada.

14.3.5. Estando o feito em ordem, a autoridade proferirá decisão da qual cabe recurso administrativo à autoridade superior.

15. Serão envidados esforços, dentre outros aspectos procedimentais e sancionatórios, em conformidade aos preceitos da Lei 14.133/31 e à sua principiologia, considerando, ademais, a impossibilidade de predeterminação da eventual sanção e da caracterização do ilícito, no processo de apuração de responsabilidade administrativa, inclusive prazos, embora impróprios e não peremptórios para a Administração, as seguintes orientações/boas práticas:

15.1. Considerando as diretrizes do TCU, na dúvida acerca de possível infração, deve-se instaurar processo de apuração de responsabilidade administrativa; da mesma sorte em que aparente não haver infração ou não seja o caso de incidir pena, hipóteses que igualmente ensejam a instauração, processamento e julgamento em processo administrativo sancionatório; responsabilidade do sancionador, derivado do poder-dever punitivo, disciplinar, afeto à cláusula exorbitante, indisponibilidade e supremacia do interesse público;

15.2. Defesa prévia no prazo de quinze dias úteis;

15.3. Cumulação da pena de multa às demais, na forma do art. 156 da Lei 14.133/21, especialmente, além da multa, as sanções impeditivas;

- 15.4. Pena mínima do impedimento de licitar e de contratar de seis meses;
- 15.5. Na aplicação de penalidades, observância dos critérios do §1º do art. 156 da Lei 14.133/21 e das finalidades preventiva, educativa e repressiva, além de punitiva;
- 15.6. Advertência apenas hábil no curso contratual;
- 15.7. Condução do processo por comissão formada por no mínimo dois servidores públicos estáveis;
- 15.8. Apresentação pela comissão processante de relatório conclusivo;
- 15.9. Relatório conclusivo enfrentando as principais razões de fato e de direito deduzidas na defesa, na situação em concreto sob análise, motivando acatamento ou não das razões de defesa e de recurso (hipótese de Nota Técnica em juízo de reconsideração);
- 15.10. Oportunidade de dedução de alegações finais no prazo de quinze dias úteis após relatório conclusivo;
- 15.11. Proceder à consultoria de assessoria jurídica prévia à tomada de Decisão SGA;
- 15.12. Esforços pela comissão processante para minutar sugestão de Decisão SGA para a autoridade competente consoante a sua convicção, atendendo aos princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);
- 15.13. Mesmo em caso de dispensa de licitação ou contratação direta, a necessidade de se comprovar a proposta mais vantajosa;
- 15.14. Garantia do contraditório e da ampla defesa em vista da concretização do devido processo legal;
- 15.15. Prioridade às fases de instrução e executória diante da pluralidade de feitos a cargo da comissão processante;
- 15.16. Ofício à seguradora em caso de garantia securitária- aviso de expectativa de sinistro instruída com cópia da notificação inaugural;
- 15.17. Uso dos meios céleres de comunicação, primeiramente notificação eletrônica, residualmente notificação à apurada endereçada em cadastros oficiais, notadamente SICAF e em caso de frustração em Imprensa Oficial;
- 15.18. Efeito suspensivo diante da interposição recursal, a se realizar em quinze dias úteis, exceto face a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, atacada por pedido de reconsideração no mesmo prazo;
- 15.19. Inscrição das penas e publicidade das mesmas no prazo de quinze dias da sua estabilização.

Anexo V do Termo de Referência – Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do Valor da Contratação
(SEI 0375752)

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48500.036025/2025-01

1. Objeto: Contratação de **prestação de serviços contínuos de assinatura de periódicos eletrônicos (jornais e revistas), compreendendo títulos nacionais e internacionais, pelo período de 24 meses, prorrogáveis por até 10 anos.**

2. Para estimativa do valor da contratação utilizou-se a metodologia descrita a seguir, com base nos procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

3. A coleta de dados foi efetuada nas seguintes fontes:

3.1. A busca nos sistemas oficiais do governo e em contratações de objetos similares, utilizamos o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, propiciou o levantamento dos seguintes preços:

ITEM: 1

ANCINE - Inexigibilidade nº 019/2026	
Preço 1	
PERIÓDICO	O Estado de São Paulo S.A. – CNPJ: 61.533.949/0001-41
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 356,72

BACEN - CD nº 139/2025	
Preço 2	
PERIÓDICO	Folha da Manhã S.A. – CNPJ: 60.579.703/0001-48
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 598,80

MME - Contrato nº 23/2025	
Preço 3	
PERIÓDICO	Eldex Distribuidora de Jornais e Revistas LTDA. – CNPJ: 10.719.671/0001-60
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 170,40
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 249,48
Jornal O Globo	R\$ 171,12
Jornal Valor Econômico	R\$ 249,48
Jornal Correio Braziliense	R\$ 171,12
Revista Veja	R\$ 120,48
Revista Exame	R\$ 213,12

BNDES - ORDEM DE COMPRA E SERVIÇO (OCS) nº 0374/2025 CONTRATO SAP nº 4400006664 Inexigibilidade nº 087/2025	
Preço 4	
PERIÓDICO	MEDIA INTERNATIONAL DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES LTDA – CNPJ: 07.492.558/0001-80
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal O Globo	R\$ 167,98
Revista The Economist	R\$ 1.315,70
Revista Época Negócios	R\$ 167,98

ANCINE - CD nº 021/2026	
Preço 5	
PERIÓDICO	Editora Globo S/A – CNPJ: 04.067.191/0001-60
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Valor Econômico	R\$ 464,20

Comando do Exército - Contrato nº 29/2025	
Preço 6	
PERIÓDICO	JM Torres Jornais e Revistas LTDA. – CNPJ: 01.018.845/0001-77
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 135,00
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 120,00
Jornal O Globo	R\$ 160,00
Jornal Valor Econômico	R\$ 315,00
Jornal Correio Braziliense	R\$ 315,00
Revista Veja	R\$ 144,00
Revista Carta Capital	R\$ 96,00

SUSEP - Contrato nº 08/2023 (Valor atualizado em 5,06%)	
Preço 7	
PERIÓDICO	JM Torres Jornais e Revistas LTDA. – CNPJ: 01.018.845/0001-77
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 269,54
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 279,60
Jornal O Globo	R\$ 250,84
Jornal Valor Econômico	R\$ 543,99
Revista Veja	R\$ 231,80
Revista Exame	R\$ 229,30
Revista Carta Capital	R\$ 248,94
Revista The Economist	R\$ 1,148,03

BNDES - CONTRATO SAP nº 4400006280	
Inexigibilidade nº 25/2025	
Preço 8	

PERIÓDICO	Editora Globo S/A – CNPJ: 04.067.191/0001-60
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Jornal O Globo	R\$ 167,98
Revista Época Negócios	R\$ 167,98

UNESP* – Empenho nº 0371/0317 Preço 9	
PERIÓDICO	Seisselles Distribuição e Logística LTDA. – CNPJ: 10.445.514/0001-04
	VALOR UNITÁRIO (ANUAL)
Revista Superinteressante	R\$ 336,00

*Ressalva quanto à utilização desse preço da esfera Estadual, em virtude de não ter conseguido encontrar outros preços na esfera Federal.

3.2. Não foi realizada pesquisa em mídia especializada, em tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal (Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas - SGD/MGI, e outros similares), e em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, pois não se aplica ao objeto em questão.

3.3. A pesquisa direta com fornecedores foi atualizada e propiciou o levantamento dos seguintes preços:

Editora Brasil Energia / CNPJ 27.958.859/0001-64 - Contratação direta no site (Anual) Preço 10	
PERIÓDICO	VALOR UNITÁRIO (12 meses)
Revista Brasil Energia	R\$ 1.490,00

SEISELLES Distribuição e Logística/CNPJ 10.445.514/0001-04 Preço 11	
PERIÓDICO	VALOR UNITÁRIO (24 meses)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 720,00
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 1.536,00
Jornal O Globo	R\$ 1.080,00
Jornal Valor Econômico	R\$ 1.080,00
Jornal Correio Braziliense	R\$ 600,00
Revista Veja	R\$ 528,00
Revista Época Negócios	R\$ 1.080,00
Revista Exame	R\$ 912,00
Revista Carta Capital	R\$ 912,00
Revista Superinteressante	R\$ 792,00
Revista The Economist	R\$ 4.120,00
Revista Brasil Energia	R\$ 3.880,00

JM Torres Jornais e Revistas LTDA./CNPJ 01.018.845/0001-77 Preço 12	
PERIÓDICO	VALOR UNITÁRIO (24 meses)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 720,00
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 840,00
Jornal O Globo	R\$ 840,00

Jornal Valor Econômico	R\$ 840,00
Jornal Correio Braziliense	R\$ 720,00
Revista Veja	R\$ 600,00
Revista Época Negócios	R\$ 960,00
Revista Exame	R\$ 720,00
Revista Carta Capital	R\$ 960,00
Revista Superinteressante	R\$ 600,00
Revista The Economist	R\$ 4.100,00
Revista Brasil Energia	R\$ 4.524,00

Eldex Distribuidora de Jornais e Revistas LTDA./CNPJ 10.719.671/0001-60 Preço 13	
PERIÓDICO	VALOR UNITÁRIO (24 meses)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 297,60
Jornal Folha de São Paulo	R\$ 580,00
Jornal O Globo	R\$ 420,00
Jornal Valor Econômico	R\$ 640,00
Jornal Correio Braziliense	R\$ 440,00
Revista Veja	R\$ 260,00
Revista Época Negócios	R\$ 240,00
Revista Exame	R\$ 420,00
Revista Carta Capital	R\$ 420,00
Revista Superinteressante	R\$ 240,00
Revista The Economist	R\$ 1.880,00
Revista Brasil Energia	R\$ 3.552,00

3.3.1. Justificativa da escolha dos fornecedores: Três fornecedores responderam à pesquisa, dentre os mais de 50 (cinquenta) possíveis fornecedores pesquisados, conforme e-mails em anexo.

3.4. Abaixo um resumo dos preços obtidos:

	ANCINE	BACEN-CD	MME	BNDES INEX	ANCINE CD	COMANDO DO	SUSEP CT	BNDES CT		Editora Brasil Energia / CNPJ 27.958.858/0001- 66 - Contratação direta no site	SEISELLES Distribuição e Logística/CNPJ 00.445.514/000	JM Torres Jornais e Revistas LTDA. / CNPJ 01.018.845/000	Eldex Distribuidora de Jornais e Revistas LTDA./CNPJ 10.719.671/000
	INEX 19/26	139/2025	23/2025	87/25	21/2026	29/2025	08/2023 - VALOR ATUALIZADO COM 5,06%	25/2025	UNESP	(Anual)	1-04 (12 meses)	1-77 (12 meses)	1-60 (12 meses)
Jornal Estado de São Paulo	R\$ 356,72		R\$ 170,40			R\$ 135,00	R\$ 269,54			R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 140,00	
Jornal Folha de São Paulo		R\$ 508,00	R\$ 249,48			R\$ 120,00	R\$ 279,60			R\$ 768,00	R\$ 420,00	R\$ 290,00	
Jornal O Globo			R\$ 171,12	R\$ 167,98		R\$ 160,00	R\$ 250,54	R\$ 153,98		R\$ 540,00	R\$ 420,00	R\$ 210,00	
Jornal Valor Econômico			R\$ 249,48		R\$ 464,20	R\$ 315,00	R\$ 543,99			R\$ 540,00	R\$ 420,00	R\$ 320,00	
Jornal Correio Braziliense			R\$ 171,12			R\$ 315,00				R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 220,00	
Revista Veja			R\$ 120,48			R\$ 144,00	R\$ 231,80			R\$ 264,00	R\$ 300,00	R\$ 130,00	
Revista Exame			R\$ 213,12				R\$ 229,30			R\$ 404,00	R\$ 300,00	R\$ 210,00	
Revista Carta Capital						R\$ 96,00	R\$ 248,94			R\$ 404,00	R\$ 480,00	R\$ 210,00	
Revista The Economist				R\$ 1.355,70			R\$ 1.148,03			R\$ 2.060,00	R\$ 2.050,00	R\$ 940,00	
Revista Época Negócios			R\$ 167,98					R\$ 153,98		R\$ 540,00	R\$ 480,00	R\$ 130,00	
Revista Superinteressante									R\$ 336,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 120,00	
Revista Brasil Energia										R\$ 1.400,00	R\$ 1.940,00	R\$ 2.262,00	R\$ 1.776,00

4. Considerando-se os dados levantados, utilizou-se para obtenção do preço de referência da contratação os seguintes preços, conforme critérios assim estabelecidos:

ITEM: 1

ITEM	PERIÓDICOS	PREÇO DE REFERÊNCIA ANUALIZADO (12 MESES)	PREÇO DE REFERÊNCIA POR ASSINATURA (24 MESES)	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO (24 MESES)
1	Jornal Estado de São Paulo	R\$ 257,21	R\$ 514,42	6	R\$ 3.086,52
	Jornal Folha de São Paulo	R\$ 309,77	R\$ 619,54	6	R\$ 3.717,24
	Jornal O Globo	R\$ 285,39	R\$ 570,78	6	R\$ 3.424,68
	Jornal Valor Econômico	R\$ 409,92	R\$ 819,84	6	R\$ 4.919,04
	Jornal Correio Braziliense	R\$ 298,75	R\$ 597,50	1	R\$ 597,50
	Revista Veja	R\$ 198,38	R\$ 396,76	6	R\$ 2.380,56
	Revista Exame	R\$ 253,11	R\$ 506,22	6	R\$ 3.037,32
	Revista Carta Capital	R\$ 348,74	R\$ 697,48	6	R\$ 4.184,88
	Revista The Economist	R\$ 1.502,75	R\$ 3.005,50	6	R\$ 18.033,00
	Revista Época Negócios	R\$ 270,49	R\$ 540,98	6	R\$ 3.245,88
	Revista Superinteressante	R\$ 288,00	R\$ 576,00	1	R\$ 576,00
	Revista Brasil Energia	R\$ 1.867,00	R\$ 3.734,00	6	R\$ 22.404,00
	VALOR TOTAL (24 MESES)				R\$ 69.606,62

4.1. Considerando que a base de dados obtida reflete em parte vigências de 12 meses, adotou-se o preço unitário anual como padrão metodológico. Para as amostras com vigência de 24 meses, realizou-se a anualização dos custos para fins de comparabilidade, visto que os montantes guardavam paridade com os demais preços de mercado. Por fim, os valores anuais consolidados foram estendidos para o período total de 24 meses que é o que se pretende contratar.

4.2. Justificativas das metodologias utilizadas para obtenção do preço de referência da contratação:

4.2.1. **Jornal Estado de São Paulo:** A adoção da média aritmética integral de todos os valores coletados justifica-se pelo fato de que as cotações — compostas pelas contratações públicas registradas no PNCP da ANCINE a R\$ 356,72, do MME a R\$ 170,40, do Comando do Exército a R\$ 135,00 e da SUSEP CT a R\$ 269,54, somadas às propostas comerciais da SEISELLES a R\$ 360,00, da JM Torres a R\$ 360,00 e da Eldex a R\$ 148,80 — refletem contratações públicas reais, propostas vigentes e o histórico oficial da Administração Pública Federal, cuja exclusão desprezaria dados legítimos. O somatório global dessas 7 fontes perfaz o montante de R\$ 1.800,46, resultando em uma média geral de R\$ 257,21. Além disso, a manutenção de toda a amostra absorve a heterogeneidade e a oscilação natural do mercado de periódicos — que opera com tabelas institucionais, descontos de distribuidores e canais de varejo, garantindo um preço estimado equilibrado que, ao mesmo tempo, evita o sobrepreço por meio das propostas menores e afasta o risco de fracasso ou deserção do certame ao preservar as cotações mais elevadas, em estrita observância aos princípios da economicidade e da

vantajosidade.

4.2.2. Jornal Folha de São Paulo: Para este jornal temos três pontos iniciais a destacar, quais sejam - O "Ponto Fora da Curva" superior é o preço da Seiselles (R\$ 768,00), que está excessivamente inflacionado. Ele destoa não apenas dos outros fornecedores que apresentaram propostas (é 82% mais caro que a JM Torres e 164% mais caro que a Eldex), mas também de todo o histórico de contratações públicas recentes da tabela. Acompanha ele o preço do BACEN (R\$ 598,80), o qual desconsideraremos também por entendermos excessivamente elevado.

Por outro lado, temos o preço do Exército (R\$ 120,00) que acreditamos ser incompatível com a realidade atual de uma assinatura anual corporativa. Por ser expressivamente inferior aos outros preços obtidos - a diferença é maior que 100% do próximo preço MME (R\$ 249,80), consideramos o preço do Exército inexecutável.

Por fim restaram 4 (quatro) preços intermediários (MME R\$ 249,48, SUSEP R\$ 279,60, Eldex R\$ 290,00 e a JM Torres R\$ 420,00.) e que utilizamos para calcularmos o preço estimado. O preço médio para o Jornal Folha de São Paulo é de R\$ 309,77.

4.2.3. Jornal O Globo Para o jornal O Globo optamos pela metodologia de dupla ponderação, calculando-se primeiramente a média aritmética das contratações públicas históricas (extraídas do PNCP) e, de forma segregada, a média aritmética das propostas econômicas ofertadas pelos fornecedores, fixando-se o preço estimado final por meio de uma terceira média obtida entre esses dois subgrupos. Essa modelagem matemática justifica-se tecnicamente para garantir a equivalência de forças entre as fontes de consulta, impedindo que o volume numérico de contratos anteriores (PNCP) neutralize ou distorça a realidade comercial e inflacionária atualizada trazida pelas propostas dos fornecedores vigentes. Desse modo, o órgão atende perfeitamente ao princípio da eficiência e às diretrizes das normativas federais de compras (como a IN SEGES/MGI nº 65/2021), consolidando um teto orçamentário equilibrado que resguarda a modicidade de gastos da Administração sem inviabilizar a justa competitividade do mercado. Considerando a metodologia bi-estruturada aplicada ao Jornal O Globo, o primeiro subgrupo (PNCP), composto pelas contratações dos MME, BNDES INEX, Comando do Exército e SUSEP BNDES 25/25, totalizou uma média das contratações de R\$ 180,78 (média de R\$ 171,12, R\$ 167,98, R\$ 160,00, R\$ 250,84 e R\$ 153,98); paralelamente, o segundo subgrupo, balizado pelas cotações de mercado vigentes, registrou uma média dos fornecedores de R\$ 390,00 (média de R\$ 540,00 da Seiselles, R\$ 420,00 da JM Torres e R\$ 210,00 da Eldex). Dessa forma, a ponderação equilibrada entre os dois blocos resultou em uma média final estimada de R\$ 285,39, valor que preserva o histórico da Administração Pública e assegura a viabilidade comercial frente aos preços atuais do mercado.

4.2.4. Jornal Valor Econômico: Para definição do preço estimado do Jornal Valor Econômico seguimos a mesma metodologia do Jornal O Globo, ou seja, aplicamos a metodologia bi-estruturada de dupla ponderação. O primeiro subgrupo, composto pelas contratações públicas históricas registradas no PNCP — MME a R\$ 249,48, ANCINE CD a R\$ 464,20, Comando do Exército a R\$ 315,00 e SUSEP CT a R\$ 543,99, consolidou uma média das contratações públicas de R\$ 393,17; paralelamente, o segundo subgrupo, balizado pelas propostas comerciais vigentes obtidas para este certame junto aos fornecedores, SEISELLES a R\$ 540,00, JM Torres a R\$ 420,00 e Eldex a R\$ 320,00, apurou uma média dos fornecedores de R\$ 426,67. Diante disso, a ponderação equitativa entre os dois blocos neutralizou o impacto numérico de contratos anteriores sobre a realidade de mercado atualizada, resultando em uma média final estimada de R\$ 409,92, valor que atende perfeitamente aos princípios da economicidade, modicidade de gastos e ampla competitividade.

4.2.5. Jornal Correio Braziliense: Para este jornal optou-se pela média aritmética dos valores coletados, com a exclusão da contratação do Ministério das Minas e Energia (MME) de R\$ 171,12, por configurar um preço manifestamente abaixo da realidade atual de mercado. A base de cálculo foi consolidada de forma homogênea com as 4 fontes restantes, alinhando o contrato do Comando do Exército (R\$ 315,00) às propostas vigentes dos fornecedores SEISELLES (R\$ 300,00), JM Torres (R\$ 360,00) e Eldex (R\$ 220,00). O somatório dessas cotações válidas perfaz R\$ 1.195,00, resultando em uma média geral saneada de R\$ 298,75. Administrativa e

juridicamente, o descarte desse extremo atende aos requisitos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/MGI nº 65/2021, afastando o risco de um certame deserto ou fracassado e garantindo a ampla competitividade, a economicidade e a vantajosidade para a Administração Pública.

4.2.6. Revista Veja: Adotou-se para esta revista a utilização da média aritmética integral de todos os valores coletados, sem a realização de descartes ou segregações metodológicas, haja vista a nítida convergência, estabilidade e homogeneidade dos dados apurados. A amostra linear foi composta combinando-se as contratações públicas históricas registradas no PNCP — (MME) a R\$ 120,48, Comando do Exército a R\$ 144,00 e SUSEP CT (valor atualizado) a R\$ 231,80 — com as propostas comerciais vigentes obtidas diretamente para este certame junto aos fornecedores SEISELLES a R\$ 264,00, JM Torres a R\$ 300,00 e Eldex a R\$ 130,00. O somatório global dessas 6 fontes válidas perfaz o montante de R\$ 1.190,28, resultando em uma média geral de R\$ 198,38. Administrativa e juridicamente, a manutenção da integridade da base de dados confere absoluta segurança jurídica ao procedimento, pois cumpre o princípio da ampla pesquisa preconizado pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 65/2021, mitigando riscos de contestações sobre exclusões discricionárias e consolidando um preço máximo estimado robusto, transparente e perfeitamente alinhado às diretrizes da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

4.2.7. Revista Exame: Para definição do preço estimado da contratação para a Revista Exame, foram considerados os valores de R\$ 210,00, R\$ 213,12, R\$ 229,30 e R\$ 360,00, sendo desconsiderada a cotação de R\$ 456,00 por apresentar valor excessivamente elevado e destoante dos demais preços obtidos na pesquisa de mercado, o que poderia comprometer a fidedignidade da estimativa e elevar artificialmente o valor de referência da contratação. Assim, com fundamento nos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, adotou-se a média aritmética dos preços válidos remanescentes, resultando no montante de R\$ 253,11 como preço estimado de referência.

4.2.8. Revista Carta Capital: Utilizou-se a média aritmética dos valores coletados com o devido saneamento da amostra, mediante a exclusão da contratação do Comando do Exército no valor de R\$ 96,00. Essa desconsideração justifica-se tecnicamente por se tratar de um preço manifestamente abaixo da realidade atual de mercado corporativo, configurando um valor inexecutável que, se mantido na base de cálculo, distorceria a média para um patamar inferior. Assim, a base de cálculo para a obtenção do preço de referência foi consolidada de forma homogênea com as 4 fontes restantes, alinhando o contrato atualizado da SUSEP CT a R\$ 248,94 com as propostas comerciais vigentes dos fornecedores SEISELLES a R\$ 456,00, JM Torres a R\$ 480,00 e Eldex a R\$ 210,00. O somatório dessas cotações válidas perfaz o montante de R\$ 1.394,94, resultando em uma média geral de R\$ 348,74.

4.2.9. Revista The Economist: Para definição do preço estimado da contratação da revista The Economist, foram considerados os valores de R\$ 940,00, R\$ 1.315,70, R\$ 1.148,03, R\$ 2.050,00 e R\$ 2.060,00, obtidos por meio de pesquisa de mercado e consultas a contratações registradas no PNCP. Optou-se pela não exclusão de quaisquer valores, tendo em vista que os preços apresentados pelos fornecedores mostraram-se compatíveis e aderentes aos valores identificados em contratações públicas similares, inexistindo indícios de preços inexecutáveis ou excessivamente elevados que justificassem o seu descarte. Dessa forma, com fundamento nos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, adotou-se a média aritmética dos valores pesquisados, resultando no montante de R\$ 1.502,75 como preço estimado de referência para a contratação.

4.2.10. Revista Época Negócios: Aplicou-se a metodologia bi-estruturada de dupla ponderação, calculando-se isoladamente a média aritmética das contratações públicas (extraídas do PNCP) e a média das propostas ofertadas pelos fornecedores, definindo-se o valor de referência final pela média entre esses dois blocos. Esse procedimento justifica-se tecnicamente em razão da acentuada heterogeneidade observada nas cotações das empresas privadas, onde os preços variam de R\$ 120,00 a R\$ 540,00; a realização de descartes arbitrários

nesse grupo poderia reduzir o teto estimado a patamares comerciais inviáveis, atraindo o risco iminente de uma licitação fracassada ou deserta. No primeiro subgrupo, composto pelos contratos do BNDES INEX a R\$ 167,98 e BNDES CT a R\$ 153,98, obteve-se uma Média das Contratações de R\$ 160,98; paralelamente, o segundo subgrupo, balizado pelas propostas vigentes dos fornecedores SEISELLES a R\$ 540,00, JM Torres a R\$ 480,00 e Eldex a R\$ 120,00, apurou uma Média dos Fornecedores de R\$ 380,00. Dessa forma, a ponderação equitativa entre os blocos equalizou a assimetria do mercado e a defasagem histórica, resultando em uma média final estimada de R\$ 270,49, garantindo a ampla competitividade e a vantajosidade em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES/MGI nº 65/2021.

4.2.11. **Revista Superinteressante:** Em virtude dos preços obtidos, definiu-se pela utilização da média aritmética integral de todos os valores coletados, sem a realização de descartes ou segregações metodológicas, haja vista a convergência e a estabilidade dos dados apurados. Registra-se, por oportuno, que a proposta comercial da proponente Eldex no valor de R\$ 120,00 não foi desconsiderada sob o argumento de ser uma cotação particular ou de varejo, visto que se encontra em estrita consonância e proximidade com o comportamento de preços praticados na Administração Pública. A amostra linear foi composta combinando-se a contratação pública registrada pela UNESP R\$ 336,00 com as propostas comerciais vigentes obtidas diretamente para este certame junto aos fornecedores SEISELLES a R\$ 396,00, JM Torres a R\$ 300,00 e Eldex a R\$ 120,00. O somatório global dessas 4 fontes válidas perfez o montante de R\$ 1.152,00, resultando em uma média geral de R\$ 288,00. Administrativa e juridicamente, a manutenção da integralidade da base de dados confere absoluta segurança jurídica ao procedimento, pois cumpre o princípio da ampla pesquisa preconizado pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 65/2021, mitigando riscos de contestações sobre exclusões discricionárias e consolidando um preço máximo estimado robusto, transparente e perfeitamente alinhado às diretrizes da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

4.2.12. **Revista Brasil Energia:** Para definição do preço estimado da contratação da revista Brasil Energia, foram considerados os valores de R\$ 1.490,00, R\$ 1.776,00, R\$ 1.940,00 e R\$ 2.262,00, obtidos por meio de pesquisa de mercado e propostas comerciais de fornecedores do ramo. Optou-se pela utilização de todos os valores coletados, sem exclusão de qualquer cotação, uma vez que os preços apresentados demonstram compatibilidade entre si e aderência aos valores praticados no mercado, não havendo indícios de inexequibilidade ou de sobrepreço que justificassem o descarte de qualquer referência. Assim, com fundamento nos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, adotou-se a média aritmética dos valores pesquisados, resultando no montante de R\$ 1.867,00 como preço estimado de referência para a contratação.

4.3. O mercado privado desenvolveu um forte segmento de Distribuidores, tais como as empresas *Eldex*, *JM Torres* e *Seisselles* (já citadas nas amostras). Essas empresas possuem autorização comercial para consolidar e revender os acessos combinados de múltiplos periódicos simultaneamente. Portanto, a modelagem por Pregão Eletrônico é plenamente viável, visto que há ampla concorrência entre tais empresas para fornecer o pacote completo de assinaturas demandado pela ANEEL.

4.4. Caso o objeto fosse fracionado em itens independentes, a ANEEL correria o risco de ver itens desertos ou fracassados para publicações específicas (como *The Economist* ou *Brasil Energia*), prejudicando o conjunto da necessidade informacional da agência. Ainda, a opção pela contratação em item único (grupo) mostra-se significativamente mais econômica, pois gerenciar, fiscalizar e processar o faturamento de 12 contratos distintos demandaria um custo operacional e financeiro manifestamente superior. Assim, a centralização otimiza a força de trabalho da Assessoria de Gestão Institucional da ANEEL e maximiza a economia de escala, resultando em eficiência operacional e econômica com a contratação unificada.

4.5. Existência de Mercado Fornecedor Amplo (Agrupamento Vantajoso): Conforme mapeamento realizado pela EPC, há mercado de distribuidores nacionais (empresas prestadoras desses serviços) aptas a fornecer, sob uma única plataforma ou arranjo comercial, todos os títulos nacionais e internacionais solicitados.

4.6. Participação de ME/EPP: Certificamos que o mercado de distribuidoras de jornais e revistas digitais é amplamente composto por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (como a própria *Eldex* e a *JM Torres* utilizadas como paradigmas de preços), o que mitiga qualquer risco de restrição indevida à competitividade e chancela a legalidade da escolha da modelagem agrupada.

4.7. Justificativas para a obtenção do preço de referência da contratação sem observância aos requisitos da IN SEGES/ME nº 65/2021:

4.7.1. Não se aplica.

5. Para efeito de eventual reajuste contratual, considerar-se-á como data do orçamento estimado a data de assinatura deste relatório.

6. Os agentes da Administração responsáveis pela pesquisa de preços são os membros da Equipe de Planejamento da Contratação – EPC, conforme prevê o art. 3º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7. Conforme exige a IN SEGES/ME nº 65/2021, o Chefe da Assessoria de Gestão Institucional, como autoridade competente na ANEEL, aprova a metodologia utilizada para obtenção do preço estimado, por meio da assinatura do Termo de Referência da contratação.

8. Os documentos que dão suporte e comprovam a realização da pesquisa de preços nos moldes exigidos pela legislação estão incluídos no processo administrativo da contratação, sob o seguinte cadastro: documento SEI 0315181 e 0375764.

EMANUEL CÂMARA DE ARAÚJO
INTEGRANTE TÉCNICO - EPC
Analista Administrativo – ASI
SIAPE nº: 1496696

JOÃO LUÍS DOS PASSOS
INTEGRANTE REQUISITANTE – EPC
Assessor de Gestão Institucional – ASI
SIAPE nº: 1500621

Como autoridade competente (Portaria ANEEL nº 6.064/2019), por meio da assinatura deste relatório, mediante a(s) justificativa(s) incluída(s) nos autos pelo(s) servidor(es) responsável(eis), aprovo os critérios e os métodos utilizados para obtenção do preço estimado da contratação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

JOÃO LUÍS DOS PASSOS
Assessor de Gestão Institucional – ASI
SIAPE nº: 1500621



Documento assinado eletronicamente por **Emanuel Câmara De Araújo, Analista Administrativo**, em 08/06/2026, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Luis Dos Passos, Chefe da Assessoria de Gestão Institucional**, em 08/06/2026, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.aneel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0375752** e o código CRC **95EE492C**.

Referência: Processo nº 48500.036025/2025-01

SEI nº 0375752

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 48500.036025/2025-01

2. Legislação

- Lei nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 9.610/1998: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- Lei nº 9.784/1999: regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Lei nº 12.527/2011: dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- Lei nº 13.467/2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- Decreto nº 1.094/1994: dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.
- Decreto nº 7.983/2013: estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.
- Decreto nº 11.462/2023: regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021;
- Decreto nº 9.507/2018: dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto nº 10.818/2021: regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
- Decreto nº 10.947/2022: Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.246/2022: regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.890/2024: regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.
- Decreto nº 12.174/2024: dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 12.304/2024: regulamenta o art. 25, § 4º, o art. 60, caput, inciso IV, e o art. 163, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os parâmetros e a avaliação dos programas de integridade, nas

hipóteses de contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de desempate de propostas e de reabilitação de licitante ou contratado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Decreto nº 12.516/2025: altera o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 12.343/2024: atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
- Portaria MP nº 443/2018: estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507/2018.
- Portaria SEGES/ME nº 21.262/2020: estabelece procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021: dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME nº 938/2022: institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.
- Portaria SEGES/ME nº 7.828/2022: estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 53/2020: dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021: dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021: dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133/2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021: estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022: dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022: dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES nº 73/2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022: dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022: dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 91/2022: estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 96/2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022: estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024: dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024: dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 190/2024: dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213/2025: dispõe sobre os procedimentos administrativos para a organização e a previsibilidade das férias dos colaboradores terceirizados nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de que trata o inciso I, art. 3º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025: dispõe sobre as ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, para fins de desempate em processos licitatórios, de que trata o art. 5º do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria ANEEL nº 6.143/2019: estabelece as Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação e Comunicações a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3. Contratações precedentes

Há histórico de duas contratações de periódicos eletrônicos pela ANEEL, incluindo o atual contrato em vigência, conforme informações abaixo:

Processo nº	PE ou Inexig ou Disp nº	Contratado	Contrato ou Ata ou Empenho nº	Valor R\$	Encerramento da vigência

48500.007121/2019-96	Dispensa 01/2020	RICCI DIÁRIOS, PUBLICAÇÕES E AGENCIAMENTO LTDA.	Contrato 002/2020	12.241,81	03/02/2021
48500.005234/2020-91	PE 02/2021	JM TORRES JORNAIS E REVISTAS LTDA.	Contrato 005/2021	32.567,69	15/04/2026

A diferença de preço entre as contratações realizadas ocorre em razão da quantidade de assinaturas contempladas, total de 31 (logins) no Contrato 002/2020 e total de 83 (logins) no Contrato 005/2021.

4. Classificação-Sigilo-Lei 12.527/2011-LAI

De acordo com o disposto na LAI, não há necessidade de classificar partes ou o conteúdo integral dos documentos de planejamento desta contratação como sigilosos.

5. Descrição da necessidade

A ANEEL prima pela transparência na comunicação de suas ações e decisões à sociedade sendo a Assessoria Institucional - ASI a responsável pela comunicação e relacionamento institucional da Agência. Dentro da ASI, a Assessoria de Comunicação - ASCOM é a responsável pela articulação com órgãos de imprensa, acompanhamento e análise das matérias veiculadas na mídia, e prestação de informações aos veículos de comunicação.

Compete também à ASI, entre outras atribuições, colaborar com as demais unidades da Agência em assuntos referentes à comunicação institucional, seja no fornecimento de informações ou no desenvolvimento de estratégias de divulgação.

O acesso à informação de maneira rápida, precisa e confiável é uma real necessidade das unidades organizacionais da ANEEL; o que dá subsídios fundamentais para tomada de decisões, além de possibilitar a tempestiva produção de contrarrespostas, tendo em vista que as ações da ANEEL são continuamente matérias de divulgação ampla pela mídia.

É fato que o acesso às informações em plataformas digitais mudou a visão dos conceitos e parâmetros de acesso às notícias, e a versão digital de periódicos atende aos usuários que têm necessidade de se manterem informados em tempo real, de forma confiável e sustentável. Nesse sentido, a versão eletrônica dos periódicos contribui para o atendimento dessa necessidade devido ao seu fácil, amplo, irrestrito e rápido acesso.

O acesso a informações sobre temas específicos dos setores de infraestrutura bem como da política e economia nacional e internacional tem especial relevância não só para a Diretoria, assessores e demais líderes de unidades técnicas que atuam como representantes da instituição em assuntos específicos, mas também para a equipe de assessoria à imprensa, responsável pela interlocução com os jornalistas.

O acompanhamento do noticiário nacional e internacional, principalmente os que são de interesse direto da Agência, é fundamental para uma melhor gestão da comunicação com a sociedade.

Tomar ciência das reações aos acontecimentos do setor é fundamental para avaliar o alcance do trabalho realizado e, principalmente, dá subsídios para corrigir eventuais erros de assimilação das informações pela mídia, contribuindo com a entrega de informações corretas e precisas.

Também, o acompanhamento da divulgação de objetivos, análises e resultados da ANEEL por meio acesso aos periódicos contratados constitui fator importante para o atendimento de princípios como publicidade e transparência, além de contribuir para a consecução de políticas de comunicação previamente definidas.

O serviço é uma importante ferramenta também porque pode embasar campanhas informativas e educativas que objetivem esclarecer e dirimir eventuais erros de percepção quanto à realidade da regulação e da fiscalização do setor elétrico.

A complexidade, abrangência, diversidade e amplitude dos temas tratados no âmbito do cenário energético brasileiro torna cada vez mais necessário o uso de ferramentas que promovam a disponibilização de informações relevantes e atuais para subsidiar a gestão das Unidades Organizacionais da ANEEL. Nesse contexto destacam-se a política energética relacionada aos diversos segmentos e fatos relevantes da geração, da distribuição e da transmissão de energia elétrica até seu consumo, com ênfase em eficiência e conservação.

A disponibilidade de informações atualizadas sobre os diferentes assuntos tratados pela ANEEL é fundamental à avaliação da sensibilidade dos temas para a imprensa bem como à tomada de decisão sobre ações estratégicas de divulgação, contribuindo também para mitigar possíveis riscos à imagem da organização.

Em relação aos jornais e revistas a serem contratados:

a. O Estado de São Paulo

O Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, é o mais antigo jornal com tiragem diária do Estado de São Paulo ainda em circulação. Pesquisas de mercado, há décadas, apontam o jornal como aquele que desfruta da maior credibilidade dentre todas as empresas jornalísticas brasileiras. E por várias vezes foi indicado por associações internacionais como sendo um dos jornais mais completos do mundo, ao lado dos grandes jornais europeus e norte-americanos. Além do completo noticiário político. A assinatura inclui acesso ao Estadão.com.br, aplicativo IOS e Android, acesso a versão digital e acesso ao Acervo Estadão.

b. Folha de São Paulo

Folha de São Paulo é o jornal brasileiro de maior influência brasileiro com circulação diária, possuindo conteúdo relacionado a economia, opinião do colunista, poder, mundo, cultura e mercados do mundo todo, essenciais ao processo de tomada de decisão da Agência. A assinatura dará acesso ilimitado a todo conteúdo digital produzido pela Folha, Apps Folha Android e IOS, réplica digital do impresso e acervo com edições desde 1921.

c. O Globo

O Globo é um jornal diário de notícias brasileiro e mundiais, que conta com reportagens exclusivas, opinião de colunistas, fonte de informações para quem precisa se manter atualizado com as notícias mais importantes do Brasil e do mundo. A assinatura dará acesso ilimitado a todo conteúdo digital produzido pelo O Globo.

d. Valor Econômico

Valor Econômico é o mais completo jornal diário de economia, empresas e investimentos do Brasil, traz instrumentos estratégicos para profissionais por meio de um panorama abrangente sobre o mundo de negócios. A assinatura dará acesso ilimitado ao site e App do Valor Econômico, as melhores coberturas sobre economia e finanças do país, mais de 20 revistas setoriais, anuários e suplementos, colunas sobre Carreira, Cultura e temas do dia a dia.

e. Correio Braziliense

Correio Braziliense é um jornal brasileiro diário com sede em Brasília, tendo importância estratégica para a ANEEL, uma vez que nele são publicados, além de noticiário nacional e internacional, os avisos de licitação e todo tipo de contratação pública. A assinatura dá o direito à entrega diária do jornal digital, 360 edições ao longo do ano e suplementos especiais.

f. Veja

Veja é uma revista de distribuição semanal brasileira que trata de temas variados de abrangência nacional e global. Entre os temas tratados com frequência estão questões políticas, econômicas e culturais. Apesar de não ser o foco da revista, assuntos como tecnologia, ciência, ecologia e religião são abordados em alguns exemplares. A assinatura dará direito a acesso ilimitado ao conteúdo exclusivo para o site e à edição digital semanal.

g. Época Negócios

Época Negócios é uma revista quinzenal que tem como missão contar histórias de gente inovadora, apontar tendências, esmiuçar estratégias visando inspirar os leitores a fazer diferente em seus negócios. A revista, que tem como lema "Inspiração para Inovar", publica reportagens sobre empresas, economia, tecnologia e inovação, dentre outros temas. A assinatura dará direito a acesso ilimitado ao conteúdo exclusivo para o site.

h. Exame

Exame é uma revista brasileira quinzenal especializada em economia, negócios, política e tecnologia. A assinatura dará direito a acesso ilimitado a conteúdo exclusivo sobre macroeconomia, mercados, carreira, empreendedorismo, tecnologia e finanças.

i. Carta Capital

Carta Capital é uma revista semanal brasileira de informações gerais que assume, em termos de fatia do mercado, uma postura de análise crítica dos acontecimentos da semana diferente das apresentadas pelos demais semanários e jornais. A assinatura dará acesso à publicação semanal com no mínimo 51 edições, acesso a versão digital por meio de aplicativos em Android, iOS e no site, e ao acervo digital, desde a edição 01 da Carta Capital e boletins informativos diários por e-mail.

j. Superinteressante

Superinteressante é uma revista mensal sobre ciência, história, tecnologia, cultura e curiosidades, o que possibilita o aprimoramento dos usuários nos diversos segmentos tratados. A assinatura dará direito a acesso ilimitado ao conteúdo exclusivo para o site.

k. The Economist

Revista de publicação semanal original em inglês considerada líder em análise internacional de negócios e assuntos mundiais. Caracteriza-se por ser veículo com informações e notícias imparciais e precisa escrita para uma audiência de profissionais e especialistas, formadores de opinião e decisão na área de negócios, finanças e política. A assinatura dará acesso aos boletins digitais, acesso ao app, versão de áudio e podcasts.

l. Revista Brasil Energia (Plano – Energia Hoje)

Plano de assinatura **Energia Hoje** - Permite acesso ilimitado à Editora de Energia, Newsletter diária ENERGIAHOJE (noite), Newsletter diária HOJE NA MÍDIA (manhã), Artigos dos Colunistas, e-Revista Brasil Energia, Newsletter MAIS LIDAS DA SEMANA (sábados), Newsletter OPINIÃO (mensal) e Serviços.

Diante do exposto, a necessidade desta contratação fundamenta-se na imperatividade de dotar a ANEEL de ferramentas de informação em tempo real, essenciais para subsidiar o processo decisório de seus dirigentes, mitigar riscos à imagem institucional e garantir o cumprimento dos princípios de publicidade e transparência. O acesso sistemático a análises qualificadas sobre os cenários político, econômico e setorial é indispensável para que a Assessoria Institucional e as unidades técnicas possam responder tempestivamente às demandas da sociedade e da mídia, corrigindo assimetrias informativas e promovendo a correta percepção da regulação do setor elétrico brasileiro. Portanto, define-se como **objeto deste ETP a contratação de serviços de assinaturas de periódicos (jornais e revistas), em formato digital, compreendendo títulos nacionais e internacionais de grande circulação e relevância técnica, visando o atendimento das necessidades de informação e atualização da Agência.**

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria Institucional/ASI	João Luís dos Passos/Chefe da Assessoria de Gestão Institucional/Siape 1500621

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Subcontratação
 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

- Modo de prestação dos serviços:

Considerando que as necessidades da ANEEL são permanentes, a prestação dos serviços será contínua(o), nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XV.

- O prazo de vigência da contratação será de 24 meses, prorrogável por até 10 anos, nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.
 - Justificativa: Trata-se de serviço continuado, essencial, que visa atender à necessidade pública de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da ANEEL, de modo que sua interrupção poderá comprometer a boa prestação de um serviço público ou o cumprimento de sua missão institucional.
- Conforme o Inciso I do referido artigo 106, o Chefe da Assessoria de Gestão Institucional da Assessoria Institucional - ASI, como autoridade competente na ANEEL, atestará a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual, por meio da assinatura do Termo de Referência.

- Requisitos de sustentabilidade

- Justificativa para não inclusão de requisitos ou critérios de sustentabilidade: O objeto da contratação, assinatura digital de periódicos, já se caracteriza por sua sustentabilidade, adotando o meio digital de disseminação da informação, não havendo a possibilidade de adoção de outros critérios de sustentabilidade.

- Garantia da contratação

- Não será exigida a garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
 - Justificativa: Pelo valor estimado para contratação, não consideramos adequado a exigência de garantia.

8. Levantamento de Mercado

- Soluções existentes no mercado

Id	Descrição da solução
1	Assinatura de periódicos eletrônicos com login e senha.
2	Assinatura de periódicos impressos.

- Análise comparativa das soluções

Quesito	Solução 1	Solução 2
Classificação dos bens e/ou serviços componentes.	Bens e/ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.	Bens e/ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quesito	Solução 1	Solução 2
Necessidade de audiência ou consulta pública para especificação dos requisitos	Não se aplica.	Não se aplica.
Atendimento a políticas, modelos e padrões de governo	Não se aplica.	Não se aplica.
Métricas de execução/prestação dos serviços e/ou de pagamento	Não se aplica.	Não se aplica.

Quesito	Solução 1	Solução 2
Mercado fornecedor	Vantajosa em razão dos custos envolvidos e quanto a sustentabilidade da solução.	Considerada antiquada em razão da evolução tecnológica e a praticidade da execução contratual.

Quesito	Solução 1	Solução 2
Formas de contratação pela Administração Pública	Licitação, por pregão.	Licitação, por pregão.

Requisito	Solução 1	Solução 2
Possibilidade de adesão ou de participação em ata de registro de outro órgão	Não se aplica, pois as características da demanda não ensejam a contratação por meio de registro de preços.	Não se aplica, pois as características da demanda não ensejam a contratação por meio de registro de preços.

Quesito	Solução 1	Solução 2
Vantagens tecnológicas	Meio digital, dispensado o uso de papel	Não representa vantagem
Impactos quanto à sustentabilidade	Redução do consumo de papel	Alto impacto ambiental pelo uso de papel
Impactos no ambiente organizacional	Acesso facilitado ao serviço	Limitação no acesso ao conteúdo do serviço
Impactos na gestão e fiscalização contratual	Fiscalização fácil e objetiva mediante controle de acesso ao serviço	Dificuldade no controle da prestação adequada do serviço

Quesito	Solução 1	Solução 2
Volume de recursos financeiros estimados para aquisição e/ou contratação	Solução menos onerosa em razão do conteúdo totalmente digital	Solução mais onerosa em razão do uso de papel e custos de envio

- Solução escolhida
 - Solução 1

Justificativa: A solução 1 representa o melhor custo-benefício para a agência, como já se observou nas últimas contratações realizadas, em termos de acessibilidade aos conteúdos e sua disponibilidade, além dos ganhos em termo de impacto ambiental.

- De acordo com a necessidade da ANEEL e as características dos bens e/ou serviços que compõem a solução escolhida, a contratação deverá ser efetuada por meio de licitação, na modalidade pregão.
- Ademais, a possibilidade da aquisição de publicações impressas tornou-se inviável, de acordo com a Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, pois o art. 1º define a suspensão de novas contratações e no § VI está explícito que o fornecimento de jornais e revistas não pode ser na forma impressa.

9. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços especializados de fornecimento de acessos on-line, em múltiplas plataformas (computador, tablet e smartphones), a jornais e revistas nacionais e internacionais diversos.

A contratação de empresa prestadora de serviço única para fornecimento de acesso eletrônico a jornais e revistas, conforme condições, qualidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no respectivo Termo de Referência, se mostra mais viável técnica e economicamente.

A empresa deverá disponibilizar login e senha de acesso para cada periódico; não deverá disponibilizar um login e senha geral para todos os acessos de um periódico. Deverá fornecer relatório ou ferramenta de controle que permita a verificação de acessos (quantidade, data) por usuário, de modo que, ao final do contrato a Contratante possa validar o quantitativo demandado. O relatório deverá ser disponibilizado mensalmente ou a qualquer momento, se necessário, a pedido do gestor. O acesso aos jornais e revistas deverão estar disponíveis, no máximo, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. O acesso deverá ser disponibilizado ininterruptamente, 7 dias da semana, 24 horas, deixando acessível todas as informações em tempo real.

Assim, visando o atendimento das necessidades de informação e atualização da Agência, a solução pretendida resume-se ao objeto de **prestação de serviços de assinatura de periódicos (jornais e revistas) eletrônicos, compreendendo títulos nacionais e internacionais, por 24 meses, prorrogáveis por até 10 anos.**

Os serviços a serem entregues foram definidos com base na atual contratação, realizados alguns ajustes nas quantidades para atendimento das necessidades da Diretoria colegiada.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição dos veículos e o modelo de contratação propostos **ratificam o padrão adotado na contratação anterior**, fundamentando-se na necessidade contínua de diversificar as fontes de informação disponíveis à Diretoria Colegiada e à Assessoria de Comunicação.

Essa estratégia visa garantir que o processo decisório permaneça tempestivo, assertivo e tecnicamente embasado no panorama econômico e político, tanto nacional quanto internacional. Portanto, **em continuidade aos serviços já utilizados pela Agência**, propõe-se a assinatura de periódicos consagrados no mercado, conforme detalhado no Item 5, observando-se a seguinte distribuição de acessos:

- **Diretoria e Assessoria Institucional (ASI):** Serão disponibilizados 6 (seis) acessos para a maioria das publicações (sendo 5 para os Diretores e 1 para a ASI);
- **Acessos Específicos:** Os periódicos *Jornal Correio Braziliense* e *Revista Superinteressante* terão sua circulação restrita exclusivamente à Assessoria Institucional (ASI), com 1 (um) acesso de cada, devido à especificidade de seus conteúdos.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 66.304,92

O valor total estimado da contratação, por 24 meses, é de R\$ 66.304,92 (sessenta e seis mil, trezentos e quatro reais e noventa e dois centavos), definido de acordo com a tabela a seguir:

ITEM	CATSER/CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	23108	Jornal Estado de São Paulo	6	R\$ 540,66	R\$ 3.243,96
		Jornal Folha de São Paulo	6	R\$ 657,56	R\$ 3.945,36
		Jornal O Globo	6	R\$ 425,98	R\$ 2.555,88
		Jornal Valor Econômico	6	R\$ 928,40	R\$ 5.570,40
		Jornal Correio Braziliense	1	R\$ 630,00	R\$ 630,00
		Revista Veja	6	R\$ 428,14	R\$ 2.568,84
		Revista Exame	6	R\$ 494,94	R\$ 2.969,64
		Revista Carta Capital	6	R\$ 497,88	R\$ 2.987,28
		Revista The Economist	6	R\$ 2.842,48	R\$ 17.054,88
		Revista Época Negócios	6	R\$ 423,98	R\$ 2.543,88
		Revista Superinteressante	1	R\$ 694,80	R\$ 694,80
		Revista Brasil Energia	6	R\$ 3.590,00	R\$ 21.540,00
		VALOR TOTAL POR 24 MESES			R\$ 66.304,92

A metodologia utilizada para estimativa do valor da contratação bem como os documentos que lhes dão suporte estão indicados no Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do Valor da Contratação (SEI 0308420).

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme os art. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021, sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, as contratações de bens e serviços deverão ser parceladas (princípio do parcelamento).

A contratação de um único prestador do serviço deverá ser adotada pelas seguintes razões: 1) os objetos são semelhantes; 2) há empresas capazes de fornecer a solução como um todo, sem perda de qualidade; 3) Existe a expectativa de ganho de escala durante o certame, tendo em vista a quantidade assinaturas previstas para cada item.

Resta ainda colocar que ao se ter um único fornecedor contratado corrobora-se para a preservação da rotina da unidade gestora, que já tem inúmeros projetos e metas em andamento. Nessa linha, o fato de lidar com um único fornecedor de serviços diminui o custo administrativo do gerenciamento de todo o processo da contratação, o que inclui recursos administrativos para controles diversos, homem-hora do pessoal envolvido e tempo despendido. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos.

Considerando o valor estimado da contratação, percebe-se que a somatória dos valores dos periódicos é inferior ao valor máximo admitido na Lei de Licitações para dispensa de licitação. Contudo, considerando a existência de outro processo de contratação da ANEEL com a mesma classificação de serviço, no sentido de respeitar o limite de valor para dispensa, seguiremos com a opção de pregão eletrônico para contratação.

Ademais, a fim de se buscar os melhores preços para a Administração e considerando que o serviço é continuado, acredita-se que a melhor forma de contratar as assinaturas dos diversos periódicos requeridos será por licitação, via pregão eletrônico.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/ [2026] e alinhado com os demais instrumentos de planejamento da ANEEL, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026
- Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- Id do item no PCA: 19
- Classe/Grupo: 612
- Identificador da Futura Contratação: 323028-47/2026

- Objetivo estratégico: OE nº 04 – Aprimorar o ciclo regulatório e o processo decisório, valorizando a instrução técnica dos processos, observadas as necessidades de adaptação e agilidade.
- Orçamento (SIGANEEL):
 - Programa: nº 2033 – Energia Elétrica
 - Ação: nº 2C42 – Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico
 - Atividade ou Projeto (Item): nº 00000006815 – Analisar repercussão e publicações de mídia
- Classificação por natureza da despesa
 - Despesa de Custeio: 3
 - Código da despesa: 3.3.90.39
 - Elemento de Despesa: 39 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Obter fonte contínua, 7 dias da semana, 24 horas por dia, de informações e orientações sobre o setor elétrico brasileiro e de tudo que possa englobar o trabalho da Agência, com visão global e sob variadas perspectivas.

Aumentar qualidade, precisão e tempestividade no atendimento das demandas da Agência, por meio da melhoria do processo decisório.

Aumentar a capacidade da ANEEL em avaliar e tomar decisões frente aos acontecimentos do país e do mundo, tanto no cenário econômico quanto no cenário político.

Fortalecer a imagem e o papel institucional da Agência.

Reduzir o tempo de resposta de demandas apresentadas à ASCOM, às Superintendências e à Diretoria.

Potencializar as atividades da ASI e dos servidores, permitindo que possam se dedicar a questões estratégicas, como formulação, planejamento e avaliação de campanhas e ações de comunicação.

Certificar-se de que pedidos feitos pela Agência de publicação nesses periódicos foram feitos e que foram fidedignos à realidade.

16. Providências a serem Adotadas

Não são necessárias providências para adequação do ambiente do órgão. A ANEEL já conta com os equipamentos necessários para acesso aos periódicos eletrônicos, como celulares, notebooks, computadores, internet, etc.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram identificados impactos ambientais para esta contratação. A contratada deverá enviar a nota fiscal e a fatura por meio digital para o gestor do contrato providencie o pagamento junto à SGA, evitando-se o uso de papel (reciclado ou não) e minimizando impactos sobre os recursos naturais, de acordo com o Plano de Logística Sustentável da ANEEL. Além disso, toda a manipulação e divulgação da informação deve ser feita em meio digital, não havendo impressão dos dados a serem fornecidos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa: A viabilidade da contratação por meio da solução escolhida decorre da existência de amparo legal para a contratação do objeto pretendido.

Dos resultados obtidos com a atual contratação para o mesmo objeto, conforme Contrato nº 005/2021.

Da necessidade de se manter soluções hoje disponíveis na ANEEL de forma atualizada, otimizada e compatibilizada com toda sua arquitetura tecnológica.

Da existência de pessoal técnico da ANEEL capacitado para gerir a solução contratada de forma a se alcançar os resultados esperados.

Da identificação de fornecedores no mercado capazes de atender à necessidade da ANEEL nos requisitos e quantitativos demandados.

Da existência de orçamento e previsão orçamentária para a contratação pretendida.

Do alinhamento da contratação aos instrumentos de planejamento da ANEEL.

Da viabilidade técnica da solução escolhida.

Da expectativa de se obter, com a opção escolhida, os melhores resultados em termos de economicidade e prazo para a aquisição da solução.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: DESPACHO: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

Documento assinado digitalmente
JOAO LUIS DOS PASSOS
Data: 12/03/2026 17:23:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOAO LUIS DOS PASSOS
Integrante Requisitante


Despacho: DESPACHO: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

Documento assinado digitalmente
EMANUEL CAMARA DE ARAUJO
Data: 12/03/2026 16:40:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EMANUEL CAMARA DE ARAUJO
Integrante Técnico

Despacho: DESPACHO: Despacho EPC nº 2390/2025-SGA/ANEEL, de 03/12/2025 (SEI 0252205)

ARNALDO JOSE FERNANDES JUNIOR
Integrante Administrativo

 Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 15:59:10.